

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

Joana Braga Pêcego*

Resumo: Com o tema “securitização na região autônoma do Tibete”, a presente pesquisa tratará do estudo das relações entre o governo de Pequim e a província autônoma do Tibete, sobretudo a problemática de separatismo tibetano como um assunto de politização para o governo chinês. A pesquisa pretende encontrar respostas para os questionamentos: qual a importância do território tibetano para a China, e se há securitização da problemática. Assim sendo, de forma qualitativa, busca-se evidenciar a importância geopolítica que possui a região tibetana, bem como os esforços chineses para manutenção de soberania no território, caracterizando, por meio de uma abordagem hipotético-dedutiva, a politização da conjuntura. Além disso, a pesquisa também diligencia o entendimento teórico sobre segurança internacional, securitização e politização, relacionando o entendimento dessas com a situação abordada na pesquisa. Dessa forma, será testada a hipótese inicial de que o interesse chinês na manutenção da soberania sobre a região do Tibete tenha a segurança nacional da China como principal motivação. Vide a relevância dos atores envolvidos e o interesse internacional conferido à problemática, capaz de influenciar profundamente o sistema internacional, justifica-se a importância do artigo e sua contribuição acadêmica.

Palavras Chave: Securitização; China; Tibete.

Introdução

O presente artigo tem a proposta de apresentar a questão de separatismo tibetano, que se enquadra como um assunto de politização para o governo da China, e evidenciar os esforços chineses para a manutenção de sua soberania sobre a região e sua segurança nacional, assim correspondendo com o tema “securitização na região autônoma do Tibete”. Além disso, é buscado o esclarecimento sobre a teoria de segurança internacional e securitização. Para tal, será utilizado como pilar teórico a abordagem abrangente da Escola de Copenhague, que se mostra muito pertinente à pesquisa, já que sustenta que os estudos de segurança devem incorporar ameaças de cunho militar, político, econômico, ambiental e societal, como é trazido por Barry Buzan e Ole Waever. A importância dessa teoria é outorgada por ela declinar o estadocentrismo no estudo da segurança internacional, tornando possível a análise de tensões regionais, como é o caso que será ponderado durante a pesquisa. Entretanto, antes de mais nada, serão apresentados alguns pontos importantes para o embasamento e melhor entendimento do artigo, que são: o

*Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) (joanapecego@gmail.com).

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

histórico das relações entre a China e a província tibetana; a interferência de outros Estados na problemática; e a importância geopolítica que tem o Tibete.

Histórico das Relações entre a China e a província tibetana

O histórico de relações entre Pequim e a província tibetana tem grande importância para análise do conflito existente e entendimento da problemática como um todo, sendo considerado um problema direto na questão tibetana. Segundo a especialista em assuntos asiáticos, Kerry Dumbaugh (2008), um dos principais pontos de controvérsia entre o governo chinês e grande parte dos tibetanos é referente à dúvida de se o Tibete já foi um Estado independente no passado.

O Tibete antes da soberania chinesa, período anterior ao século XVII, teve um modelo de sociedade que pode ser resumido por duas características principais: um sistema similar ao feudalismo europeu, e o monasticismo em massa. No feudalismo tibetano, as terras e os camponeses eram propriedade do senhor, que no caso poderia ser o governo, um Lama², um monastério ou uma família da aristocracia. Além disso, como o monasticismo em massa configurava a grandiosidade tibetana, há a convicção de que a religião deveria sobrepôr e administrar as esferas econômicas e políticas do Tibete, a fim de que os interesses religiosos fossem protegidos (GOLDSTEIN, 2007).

Assim sendo, configurou-se o cenário político conhecido no Tibete: com a liderança do Dalai Lama³, além de muitos cargos do governo reservados para monges e abades. Entretanto, ressalta-se que dessa forma foi conformada uma governança extremamente conservadora. Para mais, também é possível constatar que a população sofria pela pobreza e desigualdade social ocasionadas pelo sistema em que se encontrava o Tibete antes de vincular-se à China.

Após a conquista da tutela do Tibete no século XVIII pela dinastia Qing, a China mantém uma suave interferência na região. Porém, este foi um período turbido das relações entre o Tibete e o governo central. Tem-se diversos conflitos internacionais, e

² Lama: é um título honorífico, cedido no budismo tibetano, a professores de darma, líderes espirituais, e personalidades suscetíveis de reencarnação como o Dalai Lama e o Panchen Lama – citados em ordem de importância.

³ Dalai Lama: é a primeira personalidade suscetível de reencarnação e principal líder espiritual do budismo tibetano. Além disso, os dalai-lamas foram líderes políticos do Tibete a partir do século XVII, com concordância do governo central chinês. O atual Dalai Lama [2022], Tenzin Gyatso – o 14º Dalai Lama - se encontra em exílio em Dharamsala, na Índia, e é considerado internacionalmente como representante do separatismo tibetano.

entre o Tibete e a China, a fim de esclarecer sua condição de soberania ou subordinação. Como exemplo, houve a fuga do 13º Dalai Lama para a Mongólia, em 1910, decorrente de uma invasão militar britânica no Tibete, o que resultou na sua deposição, já que o governo chinês não estava de acordo com a fuga. Ademais, houve também a queda da dinastia Qing em 1911, o que afeta sua influência na região tibetana. Tal enfraquecimento do governo chinês proporcionou a restauração do título do 13º Dalai Lama, que apesar de manter um acordo de paz com a China, deixou claro sua vontade de cortar os laços com a pátria mãe.

Como já foi salientado anteriormente, parte da problemática se dá na dúvida da situação tibetana antes de 1950. Segundo a autora espanhola Carolina Notario, a origem do conflito se dá na falta de um acordo definitivo sobre o *status* político dessa área (NOTARIO, 2015). No entanto, não há nenhum documento de acordo ou de independência tibetana que seja considerado oficial, e pode-se concluir que o Tibete se encontraria numa situação de independência ilegal. Nesse panorama, portanto, é possível dizer que a falta de um acordo definitivo serve de indício da não independência tibetana (GOLDSTEIN, 1999; HERNÁNDEZ, 2009).

A partir de 1950, com a invasão chinesa no Tibete, executada no governo de Mao Zedong, tem-se maior pressão militar na região, ainda que o Tibete continuasse tendo liberdade para manter a tradicionalidade na sua política e economia. A conduta da China em relação às suas fronteiras multiétnicas passou a ser de que estas seriam regiões autônomas, mas indivisíveis do território, sem direito de secessão.

Pela primeira vez, foi formalmente acordada a soberania da China sobre o Tibete, com o “Acordo de dezessete pontos para libertação pacífica do Tibete” assinado pelo Tibete e por Pequim em 1951, que trazia termos interessantes para ambos os lados. O Tibete deveria reconhecer seu pertencimento à pátria mãe; enquanto o governo chinês deveria aceitar que o Dalai Lama e a tradicional política econômica do Tibete se mantivessem. Entretanto, nem todos os tibetanos se contentaram com o acordo, e a partir disso houve o desencadeamento de diversas rebeliões. Dentre elas, destaca-se a eclosão da revolta em Lhasa de 1959, em que se teve a fuga do 14º Dalai Lama, o que resultou na revogação do acordo, e numa grande piora nas relações entre a China e a província tibetana (GOLDSTEIN, 1999).

Doravante, a política da China para o Tibete passa por fases distintas ao longo do tempo, ora mais drástica, ora mais branda. No entanto, nunca houve o total entendimento entre a China e o governo em exílio tibetano. Logo após a fuga do Dalai Lama, a China

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

adotou medidas de reforma na sociedade tibetana. Porém, com a morte de Mao Zedong em 1976, Deng Xiaoping, o novo líder político da China, optou pela adoção de uma política mais flexível, e tentou dialogar com o governo em exílio. Com a falta de êxito nesse diálogo, na década de 1990 há, outra vez, uma nova abordagem chinesa. Essa consistia em deixar de lado a conversação com o Dalai Lama, e investir no crescimento econômico e modernização da região, além da suspensão da lei marcial no Tibete, a fim de diminuir as rebeliões (BHATKOTI, 2005; GOLDSTEIN, 1999).

Do lado oposto, o governo em exílio do 14º Dalai Lama, em Dharamsala, na Índia, buscava apoio internacional e discursava pelo fim da violação dos direitos humanos e perseguição religiosa no Tibete. Há também diversas revoltas, protestos e manifestações, como a que ocorreu durante os Jogos Olímpicos na China, em 2008. A partir daí a situação no Tibete tem se mostrado extremamente tensa, considerando os protestos de autoimolação, e manifestações violentas, com saque e queima de estabelecimentos, principalmente na cidade de Lhasa (DUMBAUGH, 2008).

A problemática em torno do Tibete perdura até os dias atuais, de forma com que o policiamento chinês na região se atente para quaisquer distúrbios que possam ser considerados como uma agitação contra o governo. Além disso, há preocupação em limitar a mídia internacional em relação ao Tibete, dessa forma há lugares restritos para visitantes e jornalistas, e as informações sobre os tumultos na região são censurados internacionalmente (LIN, [entre 2012 e 2017], NOTARIO, 2015). Para elucidar as afirmações de modo mais atual, pode-se analisar o relatório mundial de 2022 trazido pela organização internacional *Human Rights Watch*, onde é afirmado que há controle de comunicações online, além de outras violações por parte do governo chinês:

As autoridades na região tibetana continuam a restringir severamente a liberdade de religião, de expressão, de circulação e de reunião. [...] Em 2021, após o anúncio em novembro de 2020, de um maior controle das comunicações online que “comprometem a unidade nacional”, houve uma onda de detenções de tibetanos por supostos crimes online. (HUMAN RIGHTS WATCH, 2022).

O caso tibetano possui um entendimento complicado, assim como sua possível resolução. Isso ocorre devido às suas diversas especificidades, como: o desacordo referente a relação mantida antes de 1950 (DUMBAUGH, 2008); a simpatia ocidental que tem o Dalai Lama, o Tibete e o budismo, fazendo com que a causa tibetana tenha grande apoio internacional popular (LIXIONG, 1999); a importância estratégica da região e a importância creditada por outros atores internacionais.

A interferência de outros Estados na problemática

A internacionalização da problemática se dá através da atenção que o Tibete recebe, por parte da população ocidental. Para Wang Lixiong (1999), o misticismo tibetano é um atrativo para os olhos ocidentais, que veem a região como sagrada e inviolável. Isso ocorre devido à sua localização, ao budismo e à sabedoria oriental. Além disso, a curiosidade ocidental sobre o Tibete se deve ao fato de ser um território de pouco acesso (LIXIONG, 1999). Fora isso, é possível identificar na atualidade, o aumento de interesse por parte das agendas internacionais em relação ao meio ambiente, mostrando a preocupação sistemática com causas que antes não recebiam tanta importância (BUZAN, WAEVER, WILDE, 1988).

O uso de *soft power*⁴ pelo lado tibetano da questão é notável, tendo em vista que este utiliza-se de temas e problemas universais de grande interesse, como os direitos humanos, o meio ambiente e a paz para popularizar suas demandas. Além do governo em exílio aproveitar da boa imagem internacional que possui o 14º Dalai Lama, e do seu favorecimento com a mídia ocidental como principal ferramenta contra o governo chinês.

The Dalai Lama has had dealings with the West for decades, claiming to be a great master who is proficient in Western affairs. It has learned well how to exploit Western social psychology and manipulate the Western media to break into Western affairs [...] with his values and language also being particularly consistent with the Western model. The cleverness of the Dalai Lama, who is well aware of the Western humanitarian climate, can also be seen in that the movement that he leads does not take a purely political line. [...] Since this blueprint coincides exactly with the Western ideal of a pure land, it has won widespread support⁵. (LIXIONG, 1999, p. 3).

A popularidade da questão tibetana faz com que o recebimento dos tibetanos pelos estrangeiros seja muito positivo. Enquanto isso, os líderes chineses enfrentam uma horda de protestos em prol da libertação do Tibete por onde passam. Assim compreende-se a expressividade do *soft power*: apesar dos ganhos militares chineses, o lado tibetano

⁴ *Soft Power*: em português, poder brando. Segundo Nye, o poder brando é a habilidade de um Estado em manipular as opiniões, preferências e interesses de outro Estado, para que estas se alinhem com as suas próprias, por meio de recursos ideológicos e culturais (NYE, 1990, p. 168)

⁵ O Dalai Lama mantém relações com o Ocidente há décadas, afirmando ser um grande mestre com proficiência em assuntos ocidentais. Aprendeu bem como explorar a psicologia social ocidental e manipular a mídia ocidental para invadir os assuntos ocidentais, [...] com seus valores e sua linguagem sendo também particularmente consistentes com o modelo ocidental. A astúcia do Dalai Lama, que está bem ciente do clima humanitário ocidental, também pode ser vista em que o movimento que ele lidera não assume uma linha puramente política. [...] Uma vez que este projeto coincide exatamente com o ideal ocidental de uma terra pura, ele ganhou amplo apoio (tradução nossa).

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

demonstra grande capacidade em lograr vitórias no quesito midiático (POWERS, 2004; NYE, 1990).

Além da atenção internacional que o caso tibetano recebe em geral, é possível identificar Estados, como a Grã-Bretanha, a Índia e os Estados Unidos, que exerceram e exercem influência direta, fomentando a problemática. Pode-se evidenciar que suas ações contribuem para a continuidade do conflito. O apoio de Estados regionais e extrarregionais na questão tibetana tem como motivação o interesse na região, além de, considerando a ascensão chinesa, o interesse na possibilidade de desestabilizar a China com o conflito.

A Grã-Bretanha pode ser mencionada como um dos principais e mais antigos atores que exerceram influência na problemática tibetana., desde 1903. Demonstrando apoio para que o Tibete se tornasse independente ou conquistasse mais autonomia, inclusive, instigando o independentismo tibetano. O que ocorre de variadas formas, como o apoio militar; manipulação das relações entre a China e sua província; e até mesmo controle de conferências e acordos, como ocorreu na Convenção de Simla⁶, onde é claramente comprovada a intenção imperialista britânica.

Inclusive, a já citada invasão britânica no Tibete, de 1903-1904, evidencia a afirmação anterior. É reiterado por Goldstein que a invasão teve grande importância, uma vez que tirou o Tibete de uma posição de pouco prestígio internacional e o colocou como centro das atenções das relações exteriores tanto da China, quanto da Índia e outras potências Europeias, como a Rússia e a própria Grã-Bretanha (GOLDSTEIN, 1992).

Outro ator que tem uma notável participação na questão tibetana é a Índia, que agiu sob ingerência britânica até 1947. Além disso, continua exercendo influência na questão tibetana depois de sua independência, como exemplo se observa o fato de ter cedido asilo político ao 14º Dalai Lama em 1959. A Índia apresenta histórico conflituoso com a China no que diz respeito às suas fronteiras em comum, como é o caso do Tibete. Inclusive, é possível apontar conflitos armados entre os dois Estados, como a Guerra sino-

⁶ A Convenção de Simla, ocorreu em 1913 e 1914, para negociação de um tratado acerca da questão tibetana, negociado entre representantes da China, do Reino Unido e da província Tibetana. Na qual, o Reino Unido interveio na nomeação dos representantes da parte chinesa, além de interceptar os telegramas entre eles e o governo central da China. Para testificar a intenção imperialista britânica, pode-se ponderar sobre a “Linha McMahon”, uma delimitação de fronteiras sugerida pelo Reino Unido, em que o Tibete seria dividido em dois territórios - a China seria soberana sobre o “Inner Tibet”, e o “Outer Tibet” seria governado pelos próprios tibetanos. Além disso, os britânicos tentavam negociar com os tibetanos, para que estes cedessem 90000 km² de seu território à Grã-Bretanha, quando fosse acordado o traçado da “linha McMahon” (JIAWAY; GYAINCAIN, 2009).

indiana, de 1962, que tem como motivação a disputa fronteiriça na região de Arunachal Pradesh, no sul do Tibete (BHATKOTI, 2005; NOTARIO, 2015).

Entretanto, é preciso ressaltar que, apesar do governo em exílio ser considerado uma influência significativa na problemática, o diálogo entre o Dalai Lama e o governo da China sempre foi encorajado pelo lado indiano. Além de que, a Índia reiterou diversas vezes que não permitiria ações “anti-China” no seu território. Fora isso, há acordos de paz e cooperação entre a China e a Índia onde é reconhecida a soberania chinesa sobre o Tibete.

In 1988, the India-China Joint Press Communiqué stated “Tibet is an autonomous region of China and that anti-China political activities by Tibetan elements are not permitted on Indian soil”. India’s position was further stated in the Declaration on Principles for Relations and Comprehensive Cooperation between India and China signed in 2003 during the visit of the Prime Minister of India to Beijing. It says ‘the Indian side recognizes that the Tibet Autonomous Region is part of the territory of the People’s Republic of China and reiterates that it does not allow Tibetans to engage in anti-China political activities in India.’ The latest joint statement issued during the visit of the Chinese Premier, Wen Jiabao to India in April 2005, states ‘the Indian side reiterated that it recognized the Tibet autonomous Region as part of the territory of the People’s Republic of China and that it did not allow Tibetans to engage in anti-Chinese political activities in India.’⁷ (BHATKOTI, 2005, p. 64, grifo nosso).

Portanto, é possível notar uma mudança de postura indiana, em relação à questão tibetana, por volta dos anos 2000. Percebe-se que a Índia, oficialmente não apoiava o lado tibetano, e que inclusive aparentava cooperar com a China. No entanto, é perceptível um aumento de tensão ao se acompanhar notícias mais recentes sobre a questão de disputa de fronteira entre a China e a Índia. Entre abril e maio de 2020 os dois Estados entraram em confronto, no qual houve mortes de ambos os lados, pela disputa do mesmo território em contenda na guerra de 1962.

Thousands of Indian and Chinese soldiers have been locked in a confrontation in the western Himalayas since last year [2020] when animosity over a decades-old border dispute blew up. In June last year, tensions resulted in hand-to-hand fighting causing deaths on both sides, the first between them in decades⁸ (AL JAZEERA, 17/09/2021).

⁷ Em 1988, o Comunicado da Imprensa Conjunta Índia-China declarou que “o Tibete é uma região autônoma da China e que as atividades políticas anti-China por elementos tibetanos não são permitidas em solo indiano”. A posição da Índia ainda foi afirmada na Declaração sobre os Princípios para as Relações e a Cooperação Abrangente entre a Índia e a China, assinada em 2003, durante a visita do Primeiro-Ministro da Índia a Pequim. Ele diz que “o lado indiano reconhece que a Região Autônoma do Tibete é parte do território da República Popular da China e reitera que não permite que os tibetanos se engajem em atividades políticas anti-China na Índia.” A última homologação conjunta foi emitida durante a visita do primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, à Índia em abril de 2005, comunicando que “o lado indiano reiterou que reconheceu a Região Autônoma do Tibete como parte do território da República Popular da China e que não permitiu que os tibetanos atividades políticas anti-chinesas na Índia” (tradução nossa).

⁸ Milhares de soldados indianos e chineses estão em confronto no oeste do Himalaia desde o ano passado [2020] quando a animosidade sobre uma disputa de fronteira de décadas eclodiu. Em junho do ano passado,

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

A partir desse confronto, houve aumento de tensão na fronteira entre a China e a Índia. Ambos os Estados fortificaram as forças militares presentes na região, apesar de discussões militares e diplomáticas que tentaram entrar em acordo para amenizar a situação. “Both countries have stationed tens of thousands of soldiers backed by artillery, tanks and fighter jets along the de facto border called the Line of Actual Control⁹” (AL JAZEERA, 11/10/2021).

O conflito, que tem escalado para outros desentendimentos, como a prisão de civis na linha da fronteira, perdura até a atualidade [2022]. Embora, ambos Estados façam propostas diplomáticas para a resolução da problemática, há ainda dificuldade em entrar em um acordo.

The Indian and Chinese militaries have held 14 rounds of talks since the June 2020 clashes. The talks led to some disengagement of troops from several friction points along the LAC, but not all of them. The talks have also failed to reach any agreement over the frontier¹⁰ (AL JAZEERA, 25/01/2022).

Há de se considerar também a atuação dos Estados Unidos, como um importantíssimo ator, influente não só no caso tibetano mas em todo o sistema internacional. Oficialmente, os Estados Unidos já reconheceram o Tibete como uma parte do território chinês. No entanto, o apoio mostrado pelo congresso norte-americano ao Dalai Lama e ao governo em exílio coloca em dúvida esse posicionamento (BHATKOTI, 2005).

Durante a década de 1980, ainda que o governo americano demonstrasse uma política de engajamento em relação à China, os Estados Unidos atuaram de forma que favoreceu o separatismo tibetano. No final da década o 14º Dalai Lama já possuía muitos aliados nos Estados Unidos e havia uma grande pressão para que o governo tivesse uma política mais assertiva em relação ao Tibete.

Two events of particular importance occurred in 1987. First, on September 21, the Dalai Lama made his first political speech in the United States, at the invitation of the Congressional Human Rights Caucus. [...] Second, Congress put non-binding measures into place in 1987 declaring that the United States should make Tibet’s situation a higher policy priority and should urge China

as tensões resultaram em combates corpo a corpo causando mortes de ambos os lados, o primeiro entre eles em décadas (tradução nossa).

⁹ Ambos os países posicionaram dezenas de milhares de soldados apoiados por artilharia, tanques e caças ao longo da fronteira de fato chamada *Line of Actual Control* (tradução nossa).

¹⁰ Os militares indianos e chineses realizaram 14 rodadas de negociações desde os confrontos de junho de 2020. As conversas levaram a algum desengajamento de tropas de vários pontos de atrito ao longo da LAC, mas não de todos. As conversações também não conseguiram chegar a nenhum acordo sobre a fronteira (tradução nossa).

to establish a constructive dialogue with the Dalai Lama¹¹ (DUMBAUGH, 2008, p. 16).

Ainda que o nunca tenha sido oficialmente reconhecido como um Estado separado do território chinês, é notável que o Tibete recebe um tratamento especial. Como exemplo, houve a criação do cargo de Coordenador especial para o Tibete, em 1994 durante o governo Clinton. Cargo que se compara com o de um embaixador, ainda que não seja classificado dessa forma (DUMBAUGH, 2008).

Para mais, ainda é possível mencionar medidas mais simbólicas, como ceder apoio midiático, conferir prêmios e medalhas de honra ao Dalai Lama, e até mesmo a sugestão de boicote aos Jogos Olímpicos de Pequim em 2008¹². Dessa forma, ainda que, oficialmente, os Estados Unidos não reconhecessem a independência tibetana, suas ações influenciaram, de forma contrária ao seu posicionamento, a questão. A política dos Estados Unidos para o Tibete são uma forma de impulsionar a problemática, e como o autor Bhatkoti (2005, p. 66) afirma “The new US Tibet policy has helped internationalize the Tibet issue⁶⁰” (BHATKOTI, 2005, p. 66). A atenção cedida pelos Estados Unidos faz com que a problemática tibetana tenha mais visibilidade internacional, com uma forte propaganda que se opõe ao lado chinês.

A importância geopolítica do Tibete

Um aspecto a ser considerado, para que o Tibete receba a atenção cuidadosa do governo chinês, é sua importância estratégica geopolítica. Isso é confirmado ao verificar que para os estudos geopolíticos, fatores como a extensão territorial, o relevo, a posição geográfica, os recursos naturais e a população, são características significativas para o conhecimento e classificação de um Estado ou de uma região (CELERIER, 1995).

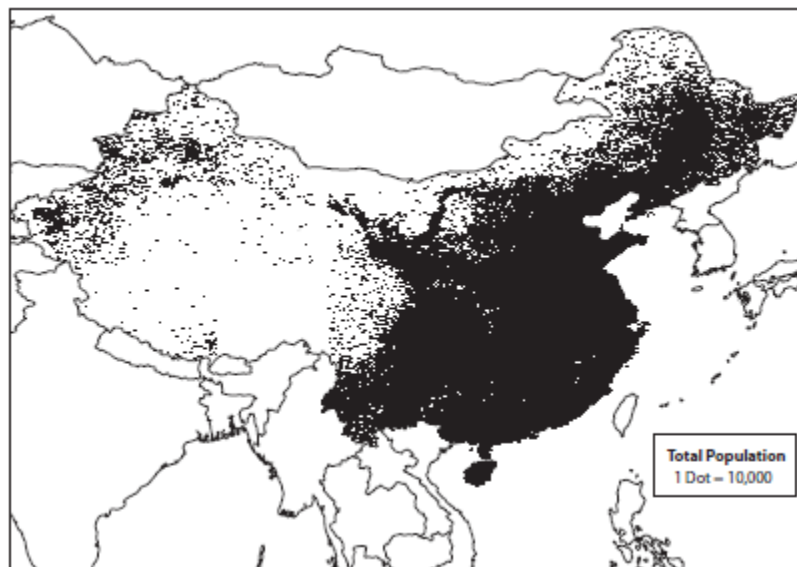
¹¹ Dois eventos de particular importância ocorreram em 1987. Primeiro, em 21 de setembro, o Dalai Lama fez seu primeiro discurso político nos Estados Unidos, a convite do Comitê de Direitos Humanos do Congresso. [...] Segundo, o Congresso estabeleceu medidas não vinculantes em 1987, declarando que os Estados Unidos deveriam tornar a situação do Tibet uma prioridade política mais alta e deveriam impelir a China a estabelecer um diálogo construtivo com o Dalai Lama (tradução nossa).

¹² Como contestação à violência em torno das rebeliões feitas pelo Tibetan People’s Uprising Movement (TPUM), em 2008, congressistas americanos como Nancy Pelosi e a então senadora Hillary Clinton sugerem um boicote aos Jogos Olímpicos de Pequim 2008, como é possível verificar nas notícias: THE NEW YORK TIMES. “Pelosi Suggests Bush Skip Olympics Opening”. 01/04/2008. e CBS NEWS. “Clinton calls on Bush to Boycott Olympics Opening Ceremony” 7/04/2008. Curiosamente, nas olimpíadas de inverno de 2022 em Pequim, os Estados Unidos está entre os países que declararam um boicote devido ao histórico de violações aos direitos humanos na China.

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

Começando pelo relevo, que serve de característica determinante das atividades humanas, assume-se a sua configuração orográfica, que consiste no platô tibetano, cercado pela cordilheira do Himalaia, tratando-se de uma das maiores altitudes do mundo. Esta característica pode ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento humano, considerando a dificuldade de locomoção e habitação de áreas como essa. Entretanto, apesar da dificuldade de desenvolvimento, o relevo tibetano proporciona à China uma forma de barreira e proteção natural, tendo em vista que as montanhas e as cordilheiras servem como excelente forma de isolamento, defesa e demarcação de fronteiras (BONFIM, 2005).

Figura 1 - Mapa densidade demográfica na China.



Fonte: China 2000 County Population Census, China Data Center, University of Michigan, 2003. APUD. FRAVEL, 2008, p. 45

Inclusive, é possível fazer a assimilação da China e da cordilheira do Himalaia ao *heartland*, teoria da “área pivô” de Mackinder, na qual se tem uma área central, com condições plenas para o desenvolvimento e a sobrevivência, e a sua volta estariam as regiões periféricas (crescentes interno e externo), que serviriam para a proteção do *heartland* às ameaças externas. O próprio Mackinder equipara a eficácia de barragem da cordilheira do Himalaia com outras barreiras naturais como o deserto do Saara e o gelo polar (HENÁNDEZ, 2009; MACKINDER, 2011).

Dessa forma, é possível confirmar a importância estratégica que a fronteira tibetana possui para a segurança chinesa. Além de que, se não houvesse garantia de controle dessa região para a defesa da China, significaria que, sob posse de outro Estado ela se torna uma preocupação, fragilizando a segurança militar central chinesa. Dessa

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

potencial a ser explorado no Tibete, mas, sobretudo a importância de proteção da sua biodiversidade (CONHEÇA O TIBETE, 2018. CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2018).

Ainda assim, há de se considerar que a prosperidade de um Estado não depende somente de sua abundância e qualidade de recursos, mas também de como estes são empregados e de sua produtividade (CELERIER, 1995). Sendo assim, o Tibete não tem, seguramente, capacidade para se sustentar por si próprio. O potencial tecnológico e econômico que o restante da China proporciona para a região é fundamental para o seu desenvolvimento.

Sendo uma das maiores províncias do Estado, ocupando uma área de 1'228,400 km², sua extensão é mais um motivo que outorga a importância do Tibete. A proteção do conjunto territorial é fundamental para a segurança política e econômica chinesa, garantindo o desenvolvimento do Estado. Isto posto, infere-se que a perda de um território tão vasto e rico seria um grande prejuízo, afetando a China em diversas esferas (FREEMAN, 2011; NOTARIO, 2015). Assim como pode ser visto no mapa administrativo da China, abaixo (Figura 3), é possível notar que a região denominada de Xizang, em marrom, no sudoeste do Estado correspondente ao território tibetano, é uma das maiores províncias.

Figura 3 - Mapa administrativo da China



Fonte: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY

Ainda, é possível considerar que a grande extensão territorial tibetana seria útil ao proporcionar a relocação de população para essa região, levando em conta que a China é o país mais populoso do mundo. Sobretudo, considerando a dominância de minorias étnicas na região (FRAVEL, 2008). “La gran extensión de esta región facilita la futura recolocación de personas procedentes de otros lugares del país más densamente pobladas¹³” (NOTARIO, 2015, p. 7). Inclusive, o governo chinês, a partir da década de 1990, faz esforços para incentivar a população Han a se mudar para as cidades tibetanas (GOLDSTEIN, 1999)

Politização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

Levando em consideração as afirmações anteriores, é visível a importância que o Tibete possui para o restante da China, e os motivos para que ele seja alvo de interesse estrangeiro. Além disso, foi ponderado sobre a pertinência que a interferência de outros Estados e atores tem no caso, concluindo que o independentismo tibetano não surge inteiramente por iniciativa interna, mas por se tratar de um movimento significativo ao considerar sua relevância internacional, o que espera a atenção chinesa à questão.

Neste ponto, abordando a atenção chinesa que deve ser conferida ao caso tibetano, chega-se ao escopo desta pesquisa: a securitização da região autônoma do Tibete. No entanto, cabe questionar o uso do termo securitização nessa circunstância. Para isso, faz-se necessário analisar o referencial teórico utilizado. Dessa forma, será considerada a abordagem abrangente da escola de Copenhague, buscando esclarecer o conceito de securitização na visão dos autores Barry Buzan, Ole Waever e Jaap de Wilde.

Teoria de securitização

Antes de tudo, entende-se a segurança nas relações internacionais como sendo a garantia de sobrevivência de um Estado e nação, para a proteção destes contra qualquer ameaça em vista. Quando se recorre ao uso da segurança internacional se legitima o uso de medidas extremas e da força por parte do Estado, ou utilização de qualquer meio

¹³ A grande extensão desta região facilita a futura realocação de pessoas de outros lugares do país mais densamente povoadas (tradução nossa).

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

necessário para impedir e bloquear o que é evidenciado como ameaça (BUZAN, 1997; BUZAN; WAEVER; WILDE, 1988).

Numa visão tradicionalista das teorias de segurança internacional, a agenda se limitaria às ameaças da esfera militar. Mas com a ampliação para uma agenda mais abrangente, as ameaças passam a ser compreendidas em setores, e todas podem requerer securitização. Abordando temas referentes à economia, ecologia, política, e fatores sociais.

[...] military sector is about relationships of forceful coercion; the political sector is about relationships of authority, governing status, and recognition; the economic sector; about relationships of trade, production, and finance; the societal sector is about relationships of collective identity; and the environmental sector is about relationships between human activity and the planetary biosphere¹⁴ (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1988, p. 7).

A partir da declaração de que a segurança internacional legitima ações extraordinárias contra estas ameaças, atenta-se que é impreterível que se invoque o seu uso. Por causa disso, utiliza-se da securitização, que se trata do ato de fala para securitizar determinada ameaça. Logo, a securitização seria o discurso sobre a necessidade de prestar atenção à alguma ameaça específica, conferindo urgência e prioridade para esse assunto.

The way to study securitization is to study discourse and political constellations: When does an argument with this particular rhetorical and semiotic structure achieve sufficient effect to make an audience tolerate violations of rules that would otherwise have to be obeyed? If by means of an argument about the priority and urgency of an existential threat the securitizing actor has managed to break free of procedures or rules he or she would otherwise be bound by, we are witnessing a case of securitization¹⁵ (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1988, p. 25).

Para que um tópico seja securitizado é necessário que, além do ato de fala da securitização, se tenha o aval da audiência. O reconhecimento de uma ameaça que necessita de medidas excepcionais e urgentes vem da aceitação como tal, por parte da população interlocutora. Por isso, a securitização busca legitimar medidas que geralmente

¹⁴ [...]o setor militar é sobre relações de coerção forçada; o setor político é sobre relações de autoridade, *status* governante e reconhecimento; o setor econômico; sobre relações de comércio, produção e finanças; o setor societal é sobre relações de identidade coletiva; e a seção ambiental é sobre as relações entre a atividade humana e a biosfera planetária (tradução nossa).

¹⁵ A maneira de estudar a securitização é estudar o discurso e as constelações políticas: quando um argumento com essa estrutura retórica e semiótica particular consegue um efeito suficiente para fazer um público tolerar violações de regras que de outra forma teriam que ser obedecidas? Se, por meio de um argumento sobre a prioridade e a urgência de uma ameaça existencial, o agente de securitização conseguiu se libertar de procedimentos ou regras que ele ou ela estaria vinculado, estamos testemunhando um caso de securitização (tradução nossa).

não ocorreriam, senão em uma situação emergencial, para que o público passe a tolerar essas medidas e violação de regras (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1988).

Além de entender a securitização, é interessante, para a análise sobre a China e o Tibete, que se conheça também sobre a politização. Enquanto a securitização representa a primordialidade e urgência em uma problemática, para se arcar com medidas inusuais, a politização trata de uma forma de lidar com os problemas menos intensa. “Politicization means to make an issue appear to be open, a matter of choice, something that is decided upon and that therefore entails responsibility, in contrast to issues that either could not be different or should not be put under political control¹⁶” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1988, p. 29).

Portanto, conclui-se que a securitização envolve os seguintes fatores: o ato de fala para apresentar a gravidade de um problema e a ameaça que este representa para a sobrevivência, o reconhecimento da problemática como um assunto de segurança internacional, por parte da audiência, e a implementação de medidas de emergência e excepcionais.

A politização da problemática tibetana

Dados anteriores expressam como o território tibetano é importante para a segurança chinesa. “Effectively controlling the Tibet Autonomous Region (TAR) is **crucial for China’s security** as Tibet comprises approximately one-fourth of China’s land mass¹⁷” (CHANSORIA, 2011, p. 30, grifo nosso). Além da extensão territorial, há outros motivos, já elucidados, como o controle do potencial hidrográfico da região, a biodiversidade e o relevo estratégico para proteção interna. Logo, conjectura-se que o movimento de autonomia ou independência tibetano represente uma ameaça ao Estado chinês.

A partir do entendimento de securitização é possível ponderar que a intervenção militar de 1950 do governo de Mao Zedong no Tibete tenha sido um ato de securitização. Pois, o que a princípio objetivava garantir que as fronteiras multiétnicas da China fossem

¹⁶ Politização significa fazer uma questão parecer aberta, uma questão de escolha, algo que é decidido e que, portanto, implica responsabilidade, em contraste com questões que não poderiam ser diferentes ou que não deveriam ser colocadas sob controle político (tradução nossa).

¹⁷ O controle efetivo da Região Autônoma do Tibet (TAR) é crucial para a segurança da China, já que o Tibet compreende aproximadamente um quarto da massa terrestre da China (tradução nossa).

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

mantidas, para o bom funcionamento do Estado, passa a ser uma necessidade de pressionar militarmente para conseguir uma negociação de paz com o Tibete (GOLDSTEIN, 1999). Dessa forma, considera-se que a intervenção militar de 1950 e as ações do Exército Popular de Libertação no Tibete configuram uma medida emergencial por parte da China.

Entretanto, em hipótese é provável que, de forma geral, a problemática tibetana corresponda mais a uma situação de politização para a China do que securitização, levando em conta a longa duração temporal que o caso tem, a oscilação entre medidas mais drásticas, como ocorre em 1950, e políticas moderadas com o intuito de uma resolução gradual do problema. Esta alternância de políticas chinesas para o Tibete pode ser exemplificada com a seguinte divisão entre fases:

Phase-I (1951-1959): [...] Mao's policy of moderation and gradualism also had the support of the Dalai Lama and the Tibetan elite but it was not implemented in practice. The exodus of the Dalai Lama and his supporters to India in 1959 marks the end this phase.

Phase-II (1959-1976): This is the critical period of Chinese handling of Tibet issue. It was dominated by the hard line policies and internal power struggle in China. [...]

Phase-III (1978-1986): This is the period when Deng Xiaoping adopted soft policy to handle Tibet issue and for the first time proposed talks with the Dalai Lama. [...]

Phase-IV (1987-2001): The failure of Deng's soft policy emboldened the hands of the hawks in the CPC and China adopted a different approach to solve Tibet issue through economic development instead of focusing on political solution alone. [...]

Phase-V (2002- ---): This period is marked by realistic handling of Tibetan issue, which combines winning the people of Tibet through economic development and conducting dialogue with the Tibetan leadership in exile¹⁸. (BHATKOTI, [2005?], p. 58-59-60, grifo nosso)

Assim sendo, assume-se as ações para o Tibete como parte da política chinesa, tratando-se de um caso de politização, onde se compreende que o tema em questão precise de atenção para ser controlado, mas não de forma prioritária ou urgente.

¹⁸ Fase I (1951-1959): [...] a política de moderação e gradualismo de Mao também contou com o apoio do Dalai Lama e da elite tibetana, mas não foi implementada na prática. O êxodo do Dalai Lama e seus partidários para a Índia em 1959 marca o fim desta fase.

Fase-II (1959-1976): Este é o período crítico da manipulação chinesa da questão do Tibete. Foi dominado pelas políticas de linha dura e pela luta interna pelo poder na China. [...]

Fase III (1978-1986): Este é o período em que Deng Xiaoping adotou uma política suave para lidar com a questão do Tibete e pela primeira vez propôs conversas com o Dalai Lama. [...]

Fase IV (1987-2001): O fracasso da política suave de Deng encorajou os falcões do Partido Comunista da China e a China adotou uma abordagem diferente para resolver a questão do Tibete por meio do desenvolvimento econômico, em vez de se concentrar apenas na solução política. [...]

Fase-V (2002- ---): Este período é marcado pelo tratamento realista da questão tibetana, que combina a conquista do povo do Tibete através do desenvolvimento econômico e a condução do diálogo com a liderança tibetana no exílio (tradução nossa).

Por outro lado, levando em conta que, na visão abrangente, o agente securitizador não precisa ser necessariamente o Estado, as ações chinesas para problemática do Tibete não anulam uma securitização do lado oposto. Desse modo, é possível ponderar sobre uma securitização da região feita pelo movimento separatista, indo contra a China.

Pode-se considerar discursos do Dalai Lama, em uma posição de autoridade, como o ato de fala para securitizar a questão, como ocorre em 1987 com o primeiro discurso político do Dalai Lama nos Estados Unidos (DUMBAUGH, 2008). Atentando para a criação de diversas problemáticas, como a necessidade de proteção do budismo e da cultura tibetana (setor societal) e importância da preservação do meio ambiente regional (setor ecológico). Notoriamente, os discursos para a securitização do Tibete, pelo lado dos tibetanos, são acatados e reconhecidos pela audiência, não só local, mas internacional; salienta-se aqui o já referido *soft power* utilizado pela parte tibetana. Além disso, são identificadas medidas de urgência – características de um ato de securitização - como o governo em exílio do Dalai Lama.

Enfim, a securitização pelo lado tibetano mostra-se mais evidente, dentro dos padrões trazidos pela teoria utilizada. Enquanto, é perceptível a politização feita pelo lado do governo da China, é possível apontar diversas medidas chinesas em relação ao Tibete. O que demonstra haver uma política de proteção da região com notável cuidado. Destacam-se medidas de melhorias na infraestrutura e desenvolvimento regional e que fazem com que o vínculo entre o Tibete e o restante da China seja maior, além de aumentar o poder logístico e de atuação das tropas chinesas no território tibetano (CHANSORIA, 2011).

Medidas chinesas para manutenção do território tibetano

Durante os anos 1990, a China iniciou uma campanha “*Go West*”, para encorajar empresas e cidadãos a migrarem para o território tibetano. O que é feito por meio de incentivos fiscais e demanda de profissionais capacitados para atuar na região, como exemplo “A decision has been taken to make the Chinese language the medium of instruction in schools, which will necessitate more Chinese tutors to come from the mainland¹⁹” (CHANSORIA, 2011, p. 11).

¹⁹ Foi tomada uma decisão para tornar a língua chinesa o meio de instrução nas escolas, o que exigirá mais professores chineses para vir do continente (tradução nossa).

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

Tal tentativa vem acompanhada do aumento de oportunidades de emprego. A população flutuante, que não residia, mas trabalhava em Lhasa, foi o principal alvo do plano chinês para que passassem a viver permanentemente no Tibete. É esperado, com esta medida, além de apaziguar a população, induzir os próprios tibetanos a terem novas ideias e comportamentos diferentes, por meio da aproximação de uma população moderna e não tão influenciada pelos Lamas e pelo budismo (GOLDSTEIN, 1999).

Medidas como essa ocasionaram a modificação da demografia regional, trazendo benefícios para o lado chinês, que se tornou mais presente e influente na região, com o crescimento da porcentagem de pessoas de etnia Han, ao invés de manter apenas a minoria étnica tibetana na região (CHANSORIA, 2011. FREEMAN, 2011). Para mais tem-se uma quebra de fronteiras culturais, o que para os tibetanos é uma preocupação, ao manifestar o risco de destruição da cultura tibetana.

Todavia, o prejulgamento de que a identidade cultural do Tibete seria perdida é contraposta pelo cuidado chinês em proteger símbolos da cultura tibetana, como os templos e mosteiros budistas, que em sua maioria são considerados monumentos históricos culturais. Para o Partido Comunista Chinês, a acusação de que a China quer destruir a cultura tibetana é maliciosa, afirmando que não há vontade de lutar contra a fé religiosa do Tibete. Mas sim de se opor à inaceitável secessão, o que é feito por meio de investimentos, que atribuem um significativo crescimento regional (VERNOLE, 2014).

Também há medidas chinesas para garantir mais influência política na Região Autônoma do Tibete. Como exemplo pode-se buscar o caso da escolha do 11º Panchen Lama, que é considerado a segunda mais importante figura religiosa tibetana. O episódio se trata do anúncio, feito de forma unilateral por parte do Dalai Lama, do reconhecimento do próximo Panchen Lama. O que foi levado como um desafio à autoridade chinesa, já que se tratava da escolha de um líder de grande importância (DUMBAUGH, 2008).

Recordando o acontecimento, apesar do Dalai Lama ter indicado a reencarnação do 11º Panchen Lama²⁰, a China não o aceitou, recomendando Gyaltzen Norbu como o novo Panchen, e insistiu para sua aceitação como candidato escolhido. Tal atitude pode ser vista como mais uma estratégia política, a fim de ganhar um aliado no território tibetano (DUMBAUGH, 2008).

²⁰ O Dalai Lama e o Panchen Lama são personalidades suscetíveis de reencarnação no budismo. Depois do falecimento é procurada e descoberta a sua reencarnação, que assumirá o mesmo cargo. Convencionalmente, o Dalai Lama em exercício auxilia na procura e anuncia a descoberta da reencarnação dos Lamas.

Além disso, devem ser considerados os grandes esforços chineses para a melhoria de infraestrutura na região do Tibete, sendo este um importante impulso para o crescimento econômico e desenvolvimento da área. Tais melhorias têm dois principais objetivos evidentes: contentar a população tibetana, a fim de evitar revoltas, como é apontado pela autora Carla Freeman: “Economic development along China’s border regions has been an important aspect of frontier management as a tool in reducing the potential for ethnic unrest, reflected in such policies as the “revitalize the border areas and enrich the minority people’s lives²¹” (FREEMAN, 2011, p. 28); e aproximar as regiões de fronteira com o centro da China, por meio de, por exemplo, rodovias e ferrovias com melhor capacidade e menor tempo de viagem, como será visto a seguir.

Para começar, é indispensável citar os investimentos nas linhas ferroviárias. Como exemplo, tem-se a Ferrovia Qinghai-Tibete, que foi finalizada e entrou em funcionamento completo em 2006, proporcionando para a população uma via de ligação entre a isolada planície tibetana e o restante da China. Além da maior conexão entre as regiões, a construção da ferrovia serve como demonstração da soberania chinesa sobre o território tibetano. Para mais, a China anunciou o interesse na elaboração de uma malha ferroviária mais completa na região, inclusive em cobrir as áreas mais próximas à fronteira com a Índia (INTERNATIONAL CAMPAIGN FOR TIBET, 2014).

Outro projeto, para garantir essa aproximação física do Tibete ao restante do Estado, seria a construção e o investimento em rodovias. A China possui projetos, incluindo a edificação de pontes e túneis, para facilitar o deslocamento na região tibetana, diminuindo a distância e o tempo das viagens, além de proporcionar maior capacidade de escoamento e transporte. A construção dessas rodovias, facilita o comércio internacional e a manutenção de relações com os vizinhos (INTERNATIONAL CAMPAIGN FOR TIBET, 2014).

No plano chinês, é programada a construção de infraestrutura e rodovias ao longo de suas fronteiras com a Índia, o Nepal, o Paquistão e o Butão (INTERNATIONAL CAMPAIGN FOR TIBET, 2014). Não obstante, um dos últimos [janeiro de 2022] atritos entre a China e Índia se dá devido a construção de uma ponte no lago Pangong, que fica

²¹ O desenvolvimento econômico nas regiões fronteiriças da China tem sido um aspecto importante da gestão de fronteiras como uma ferramenta para reduzir o potencial de agitação étnica, refletida em políticas como “revitalizar as áreas de fronteira e enriquecer a vida das minorias” (tradução nossa).

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

na área contestada em Arunachal Pradesh, já mencionada de conflitos anteriores (AL JAZEERA, 25/01/2022).

Ainda sobre questão de mobilidade para o Tibete, o governo central chinês também desenvolveu projetos envolvendo o transporte aéreo. Espera-se a construção de mais aeroportos, com melhorias e aumento na quantidade de pistas de pouso e decolagem, acompanhado da aquisição de novas aeronaves, bem como o aumento no número de helipontos; tem que se levar em consideração também a criação de uma companhia aérea própria para Região Autônoma do Tibete (CHANSORIA, 2011).

Para mais, há investimentos chineses também no que diz respeito à maior capacidade de comunicação com a região tibetana. Por volta de 2005 e 2006 foi planejada, e concluída, a instalação de antenas para comunicação via satélite e fibra ótica em toda a região do Tibete. Havia o intuito de proporcionar uma comunicação em tempo real entre todos os distritos e com o centro da China. A capacidade telecomunicativa do Tibete teve uma real melhoria, o aumento no número de linhas telefônicas, mais pessoas com acesso ao serviço e mais usuários móveis, inclusive nas zonas rurais, como exemplo do aprimoramento. Além disso, era esperado que as bases militares ao longo da fronteira tibetana recebessem essa tecnologia também (CHANSORIA, 2011).

Como foi visto, a China faz diversos investimentos visando o desenvolvimento da região tibetana. “É fato que a China fez grandes investimentos no desenvolvimento econômico do Tibete e em sua infraestrutura, educação, saúde etc. [...] nunca, em toda sua história, os tibetanos medianos desfrutaram de um padrão de vida comparável ao que têm hoje” (ZIZEK, 2008). Todos os investimentos e melhorias na infraestrutura tibetana citados acima, são importantes para cumprir os objetivos de cativar e apaziguar a população, bem como causar a proximidade entre o centro e a periferia chinesa (GOLDSTEIN, 1999).

Mas além do papel de construir um laço entre o Tibete e o restante da China, e de comprazer a população regional, é notório que o desenvolvimento na infraestrutura tibetana traz benefícios para as tropas militares chinesas instaladas na região, o Exército Popular de Libertação. Inclusive, para a autora Monika Chansoria, que é especialista no assunto de segurança contemporânea da Ásia, com foco na China, os investimentos chineses na região vão além do que seria necessário para os tibetanos, indicando uma estratégia muito bem orquestrada para caso seja necessária uma ação mais drástica para garantir a soberania sobre o território.

Infrastructure build-up and advancing military capabilities in Tibet by China goes well beyond the genuine needs of Tibet or the Tibetan people and amounts to power projection in the wider sense. Beijing seems to be leaving no stone unturned to ensure that it emerges victorious in this high-stake battle, be it politically or militarily²² (CHANSORIA, 2011, p. 32).

Para ilustrar esses benefícios, pode-se considerar a já citada, Ferrovia Qinghai-Tibete, que possibilita a locomoção de mais de 100 mil tropas no período de um mês, facilitando operações militares, ajudando também em manobras logísticas, como a troca de tropas e carregamento de material bélico. Além disso, se tem a vantagem da diminuição do tempo necessário para o deslocamento das tropas, contando não só com caminhos mais curtos, mas também com a possibilidade de viagens durante o período diurno e noturno. Dessa forma, é viabilizado a ação de divisões de rápida reação e maior competência na locomoção de material bélico.

The average load capacity of one Chinese train car is normally 60 tonnes, with about 20 cars in each cargo train. This ideally should imply that each train could transport 1,200 tonnes, and, thus, 11 trains travelling both ways would be enough for each day. In times of war, the actual number of trains running on the railroad could double to roughly 20 trains both ways, each day. If the total weight of the equipment and combat material needed for one rapid reaction division of the Chinese Army was around 15,000 tonnes, the Qinghai-Tibet Railway could transport a whole rapid reaction Division on an average day²³ (CHANSORIA, 2011, p. 20).

Além disso, a capacidade de rapidez na locomoção de tropas ou até mesmo de equipamento militar via aérea, resulta em um ganho militar com os investimentos em infraestrutura. Com o potencial projeto para o investimento em aeroportos e aeronaves se ganha também a vantagem de possibilitar operações de lançamento aéreo, dispensando tropas terrestres e poder de fogo fixado no solo.

Ademais, o aprimoramento nas redes de comunicação também conferiu benefícios para o Exército Popular de Libertação. A possibilidade de correspondência em tempo real, via as instalações de satélite e fibra ótica na região, permite chamadas com instruções urgentes e mais precisas, condução de operações à distância e etc. Tudo isso confere força

²² O aumento da infraestrutura e o avanço das capacidades militares no Tibete pela China vão muito além das necessidades genuínas do Tibete ou do povo tibetano e equivalem à projeção de poder no sentido mais amplo. Pequim parece não estar deixando pedra sobre pedra (faz todo o possível) para garantir que se saia vitoriosa nesta batalha de alta participação, seja politicamente ou militarmente (tradução nossa).

²³ A capacidade de carga média de um vagão de trem chinês é normalmente de 60 toneladas, com cerca de 20 carros em cada trem de carga. Isto idealmente deveria implicar que cada trem poderia transportar 1.200 toneladas, e, assim, 11 trens viajando nos dois sentidos seriam suficientes para cada dia. Em tempos de guerra, o número real de trens que circulam na ferrovia poderia dobrar para cerca de 20 trens de ida e volta, ambos os dias. Se o peso total do equipamento e do material de combate necessários para uma divisão de reação rápida do Exército chinês fosse de cerca de 15.000 toneladas, a Ferrovia Qinghai-Tibet poderia transportar toda uma Divisão de reação rápida em um dia normal (tradução nossa).

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

ao exército chinês, que claramente ganha vantagem sobre qualquer ameaça estrangeira que não possua esta tecnologia.

Sem contar com o proveito econômico que pode ser tirado desses investimentos. Não só no âmbito civil, mas também se inclui a diminuição de gastos militares, e simplificação logística que o aparato tecnológico incorporado na região proporciona. Dessa maneira, pode-se pensar no reinvestimento financeiro para outras questões, como a melhoria e aumento de tropas ou forças integradas e material bélico (CHANSORIA, 2011).

Visto os investimentos em infraestrutura, e como eles trazem benefícios para a China no Tibete, afirma-se que há uma clara vantagem logística e militar, além de nos demais âmbitos, sobre os seus vizinhos. Pode-se usar como exemplo, a precariedade das estradas indianas, dado a topografia intricada e dificuldade para disponibilizar trabalho e materiais para sua construção e manutenção: “while Chinese trucks could drive right till the border in their vehicles due to their superb roads, Indian soldiers sometimes end up trekking 10-15 km to reach their border posts²⁴” (CHANSORIA, 2011, p. 30).

Dessa forma, nas negociações entre os países da Ásia Oriental, a China está em uma posição de superioridade, contando com a configuração de força mantida perante os demais Estados. Ainda que se tenha a intenção, já vista, de aproximação e cooperação com os vizinhos, não se pode descartar que a China pode ser vista como uma ameaça, mas em caso de conflito possui atributos que fazem inclinar para sua vitória, em relação aos possíveis oponentes.

Com o intensivo desenvolvimento idealizado na região tibetana, as tropas do Exército Popular da Libertação melhoram sua capacidade de responder rapidamente às ameaças, tanto internas quanto externas. Além de que, diversas das atitudes tomadas pela China, são precauções para que não haja imprevistos em relação às insurreições populares tibetanas (CHANSORIA, 2011).

Portanto, é presumível que o dispêndio para investir em infraestrutura no Tibete é uma estratégia chinesa, conquistando mais poder de influência na região, contentamento da população, e os fortes entre o centro da China e a província tibetana, e ainda por cima ganha vantagens para a atuação militar no território. Leva-se em conta que o caso tibetano para a China é politizado, por ser tratado a longo prazo. Entretanto, com tais

²⁴ Enquanto caminhões chineses poderiam dirigir até a fronteira em seus veículos, devido às suas estradas excelentes, os soldados indianos, algumas vezes, acabam tendo que fazer trilhas de 10-15 km para alcançar seus postos de fronteira (tradução nossa).

investimentos, se necessário, a problemática tibetana pode ser rapidamente securitizada pela China, que já estaria preparada para tomar as medidas emergenciais necessárias.

Considerações Finais

O desenvolvimento do artigo presente possibilita o maior entendimento de um assunto que possui uma compreensão equivocada popularmente. Mas além disso, trata de um tópico bastante pertinente ao interesse acadêmico, ao abordar uma temática muito atual e de grande influência no sistema internacional. Com esta pesquisa espera-se que a problemática tibetana seja compreendida de uma maneira mais próxima da realidade.

Levando em consideração pontos importantes para o entendimento da questão, como: o histórico de relações entre a China e o Tibete; os interesses e as influências externas, de outros Estados e da população ocidental; e as características geopolíticas, atesta-se a importância que a Região Autônoma do Tibete tem para a China. Pelo interesse internacional na região e em apoiar o conflito separatista, se reconhece que é necessária a proteção desse território.

Por isso, durante a pesquisa, foram verificadas as medidas tomadas pela China, visando esta proteção. A politização da problemática tibetana se dá nessas atitudes a longo prazo que a China toma, a fim de garantir a continuidade da sua soberania sobre o território tibetano. Como exemplo pode-se citar as medidas de melhoria na infraestrutura e na economia no Tibete, a criação de empregos e a migração de pessoas de etnia Han (maioria na china) para o Tibete, ou seja, medidas que visam estreitar a relação entre a província tibetana e o centro da china.

Foi concluído que estes investimentos, e as medidas para a manutenção de soberania sobre o território tibetano deixam a China um passo à frente de possíveis ameaças à sua soberania e fazem parte de uma estratégia muito bem arquitetada. Visto que as atitudes chinesas servem de prevenção, conquistando mais poder de influência na região, contentamento da população, criando elos fortes entre o governo central da China e sua província, além disso proporcionam vantagens na atuação militar e a capacidade do Exército Popular de Libertação para caso tenham que responder à alguma ameaça urgente.

Como complemento, um dos objetivos propostos para a pesquisa, é o entendimento da teoria de securitização, e seu papel na problemática abordada. Através desse estudo conclui-se que a securitização envolve os seguintes fatores: o ato de fala para apresentar a gravidade de um problema e a ameaça que este representa para a

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

sobrevivência, o reconhecimento da problemática como um assunto de segurança internacional, por parte da audiência, e a implementação de medidas de emergência excepcionais.

A partir desse entendimento, conclui-se que a securitização de fato não ocorre, e sim uma politização da questão. Considerando a importância do território tibetano para a segurança chinesa, e todo o conflito entorno dessa região, assumiu-se que o Tibete é um assunto de segurança, porém ao observar a oscilação de políticas da China para o Tibete, e a perduração da problemática, ao invés do uso de medidas drásticas para uma resolução urgente, chega-se à conclusão de que se tem a politização da problemática. Assim, pode-se confirmar a hipótese inicial de que há interesse chinês na manutenção de soberania sobre a Região Autônoma do Tibete, e que a segurança nacional seja um dos principais motivadores desse interesse, entretanto não se configura como um ato de securitização, e sim a politização da problemática como um todo.

Recebido em 19 de janeiro de 2021. Aprovado em 16 de fevereiro de 2022.

Referências

AL JAZEERA. (2021). India tells China border troop pullback needed for better ties. 17/09/2021. ©2022 *Al Jazeera Media Network*. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/news/2021/9/17/india-tells-china-border-troop-pullback-needed-for-better-ties>> Acesso em 09/02/2022.

AL JAZEERA. (2021). India, China army talks to defuse border tensions fail. 11/10/2021. ©2022 *Al Jazeera Media Network*. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/news/2021/10/11/india-china-army-talks-border-tensions-ladakh>> Acesso em 09/02/2022.

AL JAZEERA. (2022). Concerns as China builds bridge on lake at disputed India border. 25/01/2022. ©2022 *Al Jazeera Media Network*. Disponível em <<https://www.aljazeera.com/news/2022/1/25/china-bridge-ladakh-lake-disputed-india-border>> Acesso em 11/02/2022.

BHATKOTI, U. D. (2005). *Tibet: India-China Relations in 21st Century*.

BONFIM, U. (2005). Curso de política, estratégia e Alta administração do exército Ensino a distância Cpeaex / ead. *Escola de comando e Estado-maior do exército*.

BUZAN, B. (1997). Rethinking Security after the Cold War. In *Cooperation and Conflict*. v.32 London: SAGE Publications.

BUZAN, B.; WAEVER, O. (2003). *Regions and Powers the Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; de WILDE, J. (1998). *Security: a new framework for analysis*. Estados Unidos: *Lynne Rienner Publishers, Inc.*

CBS NEWS. (2008). Clinton calls on Bush to Boycott Olympics Opening Ceremony. 7/04/2008. © 2022 *CBS Interactive Inc.* Disponível em <<https://www.cbsnews.com/news/clinton-calls-on-bush-to-boycott-olympics-opening-ceremony/>> Acesso em 10/02/2022

CELERIER, P. (1995). *Geopolítica y Geoestratégia*. Editorial Pleamar.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. The World Factbook. *East & Southeast Asia: China*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/ch.html>> Acesso em 25/09/2018.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *Library: China*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/resources/cia-maps-publications/China.html>> Acesso em 28/09/2018.

Conheça o Tibete. Disponível em <<http://www.xizang.gov.cn/>> Acesso em 25/09/2018

CHANSORIA, M. (2011). *China's Infrastructure Development in Tibet: Evaluating Trendlines*. Nova Deli: Centre for Land Warfare Studies (CLAWS); Kalpana Shukla.

DUMBAUGH, K. (2008). *Tibet: Problems, Prospects, and U.S. Policy*. CRS Report for Congress. Disponível em <<https://fas.org/sgp/crs/row/RL34445.pdf>> acesso em 10/05/2021

FRAVEL, T. (2008). *Strong Borders, Secure Nation Cooperation and conflict in China's territorial disputes*. Princeton: Princeton University Press.

FREEMAN, C. (2011). *Fragile Edges Between Security and Insecurity: China's Border Regions*. p. 23, in Guo, Rongxing, Freeman, Carla (Eds.). *Managing Fragile Regions: Method and Application*. Editora Springer. XV,174 p.

GOLDSTEIN, M. (1992). *A History of Modern Tibet, 1913-1951: The Demise of the Lamaist State*. Berkeley: University of California Press.

GOLDSTEIN, M. (2007). *A History of Modern Tibet: The Calm Before the Storm: 1951-1955*. Berkeley: University of California Press.

GOLDSTEIN, M. (1999). *The Snow Lion and the Dragon: China, Tibet, and the Dalai Lama*. Berkeley: University of California Press.

A politização da problemática tibetana: securitização e manutenção de soberania sobre a região autônoma do Tibete

HERNÁNDEZ, R. (2009). *La contienda por el Tíbet. Guadalajara: México y la Cuenca del Pacífico*. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=433747598003>> acesso em 10/05/2021

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report, (2022). China. © 2022 *Human Rights Watch*. Disponível em < <https://www.hrw.org/pt/world-report/2022/country-chapters/380581>> acesso em 05/02/2022

INTERNATIONAL CAMPAIGN FOR TIBET. (2014). 12/11/2014. *New strategic rail network to Tibet's borders endangers environment, raises regional security concerns*.

JIawei, W.; GYAINCain, N. (2009). The Historical Status of China's Tibet. Washington: *Journal of the Washington Institute of China Studies*, Vol. 4, No. 3, p18-66.

LIN, D. A *Brief History of Tibet*. Harvard University Graduate School of Education, [entre 2012 e 2017]. Disponível em <<http://chinasince1644.cheng-tsui.com/sites/chinasince1644.cheng-tsui.com/files/upload/Brief%20History%20of%20Tibet.pdf>> acesso em 21/04/2018.

LIXIONG, Wang. (1999). The People's Republic of China's 21st Century Underbelly. *BBC Monitoring Service*.

MACKINDER, H. (2011). O Pivô Geográfico da História. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, N° 29, pp. 87 – 100.

New strategic rail network to Tibet's borders endangers environment, raises regional security concerns. *International Campaign for Tibet*, 2014.

NOTARIO, C. (2015). La cuestión del t́bet: un asunto de difícil solución. *Instituto Español de Estudios Estratégicos*. Disponível em <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2015/DIEEEE063-2015_Tibet_CarolinaAlberto.pdf> acesso em: 10/05/2021.

NYE, J. (1990). Soft Power. *Foreign Policy*. p. 153-171.

POWERS, J. (2004). *History as Propaganda: Tibetan Exiles versus the People's Republic of China*. Oxford: Oxford university Press.

THE NEW YORK TIMES. (2008). Pelosi Suggests Bush Skip Olympics Opening. 01/04/2008 © 2022 *The New York Times Company*. Disponível em <<https://www.nytimes.com/2008/04/01/washington/01cnd-pelosi.html>> Acesso em 10/02/2022.

VERNOLE, S. (2014). La Repubblica Popolare Cinese e il Tibet”: progetto di ricerca del *Cesem (Centro Studie Eurasia Mediterraneo) Trieste*. Disponível em: <<http://www.cesem-m.eu/cesem/2014/10/limportanza-geopolitica-della-regione-tibetana-analisi-ed-ingerenze-esterne/>>. Acesso em: 10/05/2021

ZIZEK, S. (2008) *O Tibete não é tudo isso*. Folha de São Paulo.